

O Estado de S. Paulo – 01/08/2007

Lula convoca reunião para discutir energia

Encontro do CNPE deve tratar de segurança energética e de usinas do Madeira

Leonardo Goy e Renée Pereira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou para hoje reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), no Palácio do Planalto. Segundo fontes, os integrantes do conselho discutirão a situação do suprimento de energia nos próximos anos. Para um executivo de uma importante empresa privada, a convocação dessa reunião mostra que o governo está preocupado com os riscos de o País vir a sofrer um novo racionamento de energia entre 2010 e 2011.

Parte dessa preocupação seria decorrente dos últimos estudos divulgados no mercado, especialmente o do **Instituto Acende Brasil**. O trabalho aponta que o risco de ser decretado racionamento em 2011 é de até 32% - percentual bem superior aos 5% tidos pelo governo como aceitáveis.

Os dados, no entanto, são veementemente contestados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que garante o suprimento nos próximos anos. Um dos argumentos é que último leilão de energia nova, realizado semana passada, conseguiu suprir a demanda para 2010 que foi apresentada pelas distribuidoras. Mas o resultado foi bastante criticado por analistas pelo fato de apenas terem sido negociados contratos de venda de energia de usinas térmicas movidas a óleo combustível.

O fato de o presidente Lula participar da reunião traz mais peso ao encontro. A última vez em que Lula reuniu-se com o CNPE foi em maio de 2006, no auge da crise do gás com a Bolívia. Na ocasião, o conselho aprovou planos para antecipar a produção de gás no Brasil, com o intuito de diminuir a dependência do combustível boliviano. Neste ano, o CNPE reuniu-se apenas uma vez, no fim de junho, para aprovar o projeto de retomadas da construção da usina nuclear de Angra 3, no Rio de Janeiro.

Outro assunto que deverá ser discutido é a situação do projeto das hidrelétricas do Rio Madeira. Apesar de a licença ambiental das usinas ter saído, o projeto enfrenta problemas.

A intenção do governo de tirar as estatais do leilão para, posteriormente, se tornarem parceiras do consórcios vencedor virou uma dor de cabeça. Isso porque a proposta esbarra no fato de que Furnas assinou um contrato de exclusividade com a Odebrecht para disputar o leilão em sociedade. As duas empresas foram responsáveis pelos estudos de viabilidade dos projetos.

A Camargo Correa, principal concorrente, já apresentou à Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, questionamento sobre o contrato firmado pela Odebrecht com diversos fornecedores de equipamentos. Nos bastidores, comenta-se que os concorrentes estariam dispostos a questionar também a parceria entre Odebrecht e Furnas. Segundo fontes, o presidente do conselho da Odebrecht, Pedro Novis, teria participado, segunda-feira, de uma reunião com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.